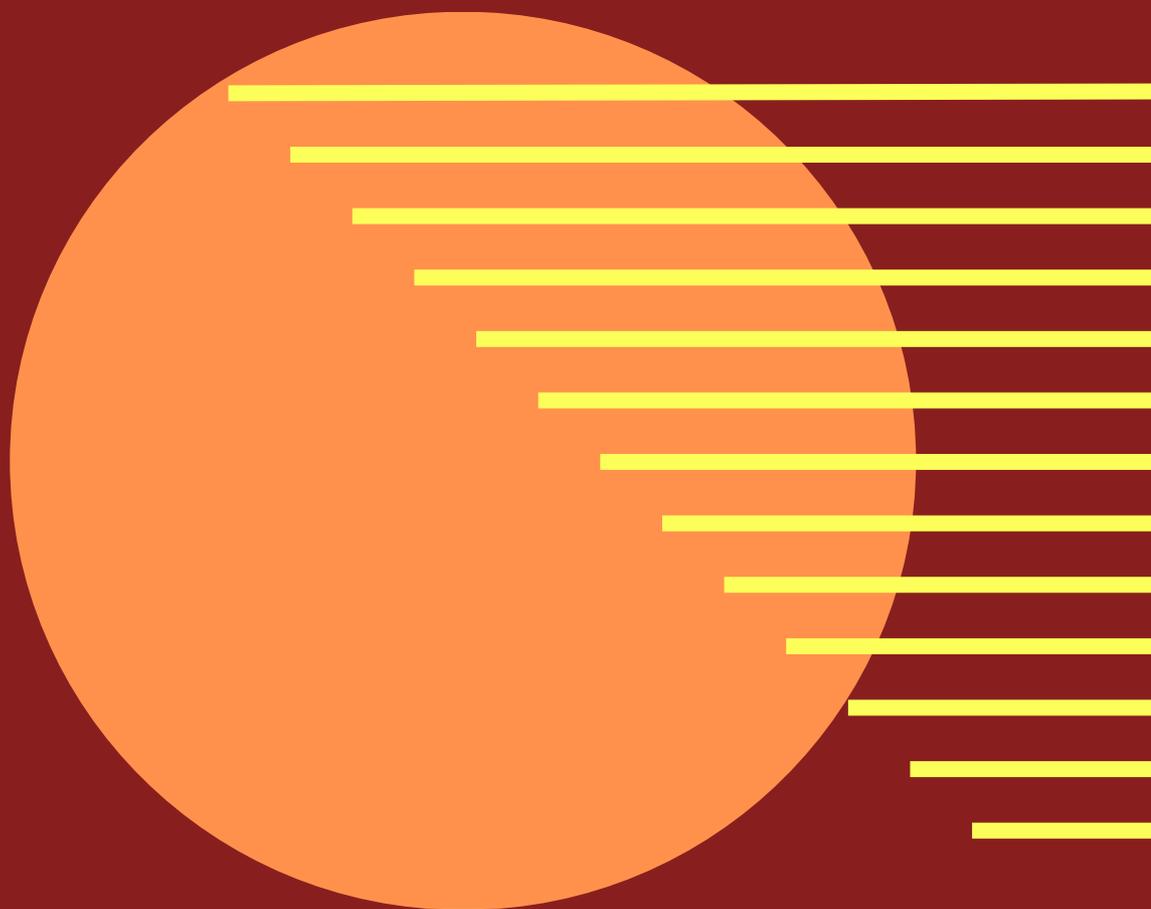


CÁTEDRA CELSO

FURTADO

REVISTA ELETRÔNICA

Vol. 1. Nº 2.



Maio de 2023

Corpo Editorial

Raimundo Pires Silva

Engenheiro agrônomo. Doutor em desenvolvimento territorial e meio ambiente. Coordenador da Cátedra Celso Furtado.
rsilva@fespsp.org.br

Tomás Braga E Braga

Sociólogo e economista. Mestre em desenvolvimento regional e políticas públicas. Pesquisador da Cátedra Celso Furtado.
tbraga@fespsp.org.br

Contato

Rua General Jardim, 522,
Vila Buarque, São Paulo.
SP 01223-010
73 9 99484735

CÁTEDRA CELSO FURTADO

Revista Eletrônica

Vol. 1. Nº 2. Maio/2023

A Cátedra Celso Furtado constitui-se como um núcleo de reflexão, estudos e formação em torno de temas contemporâneos do desenvolvimento nacional, consoante com as teses de Celso Furtado, um dos mais relevantes intelectuais brasileiros do Século XX. As atividades abrangem, ainda, processos de integração acadêmica; parcerias institucionais e cooperação com outras instituições afeitas ao tema, no Brasil e no exterior; e interlocução com a sociedade civil.

A partir desta missão, publica-se esta revista no intuito de fomentar reflexões e estudos consoantes com a visão de desenvolvimento econômico como um processo inerentemente social e histórico.



FESPSP | **90** ANOS

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

CÁTEDRA CELSO FURTADO

REVISTA ELETRÔNICA

SUMÁRIO

EDITORIAL

A Importância de Roberto Simonsen 3

ARTIGOS

Desafios brasileiros: a relevância do pensamento de Celso Furtado 5

Antonio Corrêa de Lacerda e Manoel Pires

O agro nas relações Brasil-China 9

Raimundo Pires Silva e Tomás Braga

RESUMOS

Do discurso do empreendedorismo à subordinação algorítmica:
o caso dos entregadores e motoristas de aplicativo 14

Nara Okamoto



FESPSP | **90** ANOS
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

A Importância de Roberto Simonsen

Roberto Simonsen, fundador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, foi um empresário e homem público que agregou entre suas atividades progressistas a condição de historiador da economia brasileira, sendo um dos fundadores e professor/pesquisador da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Um teórico nacional-desenvolvimentista preocupado de como se processaria a inserção da indústria nacional na economia mundial, rompendo com o modelo primário-exportador, e por outro lado, com a harmonia capital trabalho, com reconhecimento ao direito a ascensão da classe trabalhadora. Em seu discurso na inauguração da ELSP, com título “Rumo à Verdade”, afirmou a sociologia aplicável, que buscava intervir na realidade estudada, com resolução dos problemas que trata.

O empresário/pensador Roberto Simonsen buscava na ciência, especificamente, na sociologia aplicada, base para sua reflexão para os problemas do subdesenvolvimento brasileiro, incluso as condições de vida dos trabalhadores, e neste contexto,

o protecionismo à industrialização ora em curso e o papel do Estado, como regulador e agente da promoção do desenvolvimento nacional, planejando a trajetória da economia brasileira. Apesar dos conflitos existentes entre os setores produtivos brasileiros, como a forte influência histórica do capital agrário, Simonsen exibiu a habilidade política de inserir este capital nas discussões sobre o desenvolvimento brasileiro ciente da possibilidade de inversão dessas divisas primárias em capital de maior progresso técnico.

Simonsen preconizava a importância do mercado de consumo interno, usando a economia norte americana como exemplo na hora de dissipar a preocupação do capital agrário com o protecionismo dado à indústria nacional, o que dificultaria a importação de bens mais baratos. Dizia do crescimento da indústria norte americana amparada por políticas estatais e do fato de apenas 10% do seu produto ser voltado ao mercado externo. Simonsen aplicava conceitos que mais tarde serviriam de base para economistas

desenvolvimentistas, como o de que a janela necessária para que o ganho de produtividade se consolide precisa ser amparada por políticas de proteção e incentivo ao consumo interno.

Roberto Simonsen elegeu-se deputado em 1933, levando a defesa da indústria nacional para a esfera da política representativa. Em 1934, envolveu-se na fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, hoje Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, que se tornou importante centro de formação da elite intelectual paulista. Simonsen exerceu, além do papel de fundador da Escola, o de professor, experiência da qual resultou sua aclamada obra História Econômica do Brasil. Roberto Simonsen adiantou em alguns anos o debate que se tornaria hegemônico no pós-segunda guerra, com a consolidação das visões críticas do liberalismo econômico. Foi um homem pertencente à elite econômica nacional que enxergou a importância de um projeto autônomo de desenvolvimento ancorado na indústria como setor chave e atuou em diferentes frentes na tentativa de construção deste projeto.

Celso Furtado e a tradição estruturalista que se consolidou no pós-segunda guerra mundial afirmam a necessidade de se construir um projeto autônomo de desenvolvimento econômico para as economias periféricas onde haja a migração do capital de setores menos produtivos para os de maior valor agregado, onde os verdadeiros ganhos de produtividade e de renda se encontram. Para isso, é essencial que as diferentes classes sociais envolvidas na produção e criação de riquezas estejam consonantes em um projeto nacional de desenvolvimento. Roberto Simonsen representou uma burguesia nacional preocupada com este desenvolvimento autônomo e dedicou sua intelectualidade e atuação políticas a essa missão.

Desafios brasileiros: a relevância do pensamento de Celso Furtado

Antonio Corrêa de Lacerda*
Julio Manuel Pires**

Celso Furtado, grande pensador e economista brasileiro é sempre uma referência, especialmente em tempo de reconstrução do Estado e das instituições brasileiros. Vale uma breve reflexão neste artigo e, à luz do seu pensamento, recuperar algumas das suas obras, principais conceitos e metodologias empregadas.

Resumir a contribuição de Furtado para o desenvolvimento não é tarefa simples. Sua vastíssima obra, construída em mais de meio século de reflexões sobre a realidade econômica, política e cultural brasileira são fundamentais para o entendimento da nossa realidade pregressa, atual e futura.

Advogado formado em 1944, logo se interessou pela economia, mais particularmente pela história econômica. A oportunidade de cursar o doutorado na Sorbonne resultou, em 1948, na sua tese *L'Économie coloniale brésilienne*. De regresso ao Brasil, foi logo designado para representar o Brasil na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), na qual permaneceu até 1953. Seguiram-se os trabalhos no Grupo Misto CEPAL/BNDE, no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, Sudene, Ministério Extraordinário para o Planejamento no Governo Jango.

Cassado pela ditadura militar em 1964, dedicou-se à vida acadêmica

inicialmente no Chile, posteriormente, nos Estados Unidos e França até poder retornar ao Brasil no início da década de 1980, quando participou ativamente do grupo de economistas de oposição ligados ao PMDB de Ulysses Guimarães, assumindo o Ministério da Cultura no governo Sarney (1985). Posteriormente e até o final de sua vida, Furtado continuou participando do debate econômico brasileiro, publicando livros e artigos e finalizando sua obra autobiográfica.

Intelectual atuante na política, com forte vocação de servidor público, mediante a aplicação sistemática e incansável de seu conhecimento ao objetivo de entender o processo de constituição econômica, política, social e cultural do Brasil, para, a partir daí, sugerir caminhos visando a melhoria do padrão de vida dos brasileiros por meio de um processo de desenvolvimento econômico e social distinto do então percorrido pelo país, consistente com uma sociedade moderna, industrial, solidária e democrática.

Para tanto, cabia rejeitar dois trajetos possíveis: a inércia e a cópia pura e simples. Tratava-se, portanto, de não só mirar um modelo distinto do então existente – e isso vale para todas as décadas nas quais ele se mostrou mais ativo intelectualmente, dos anos 1950 à década de 1990 – mas também recusar o simples pastiche dos processos

* Antonio Corrêa de Lacerda, professor doutor do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP, ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e atual membro do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento (CICF). É doutor pelo IE/Unicamp.

** Julio Manuel Pires, professor doutor, docente e coordenador do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração (FEA) e do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP e do Departamento de Economia da FEA-RP da Universidade de São Paulo.

econômicos característicos dos países centrais.

O modelo buscado, conquanto possa incluir elementos típicos do desenvolvimento observado na Europa Ocidental e Estados Unidos, deveria se firmar sobre parâmetros e critérios próprios à realidade brasileira, respeitando seus aspectos sociais, culturais e históricos característicos.

Em um de seus livros publicado no início da década de 1990, Furtado chama a atenção para o papel relevante emprestado ao crescimento econômico como estratégia de legitimação política num contexto de exacerbamento da concentração de renda (FURTADO, 1992, p. 12).

Assim, conquanto as oportunidades de ascensão se revelassem bastante díspares – com alguns grupos sociais usufruindo muito mais do que outros dos benefícios do crescimento econômico –, a possibilidade de certa mobilidade social e os ganhos econômicos marginais propiciados pelo aumento da renda serviam como forma de contenção dos ímpetus sociais mais exaltados numa sociedade tão desigual. Também, como observado por Furtado, a despeito da resistência das elites em promover qualquer medida efetiva para promover melhorias na distribuição de renda, havia um consenso quanto à desejabilidade deste crescimento.

Se até a década de 1970 é possível identificar um dinamismo expressivo da economia, o que certamente colaborou para, em parte, “legitimar” os governos

estabelecidos, tal não ocorreu nas décadas seguintes. Não se trata de simples coincidência, nos anos 1980, 1990 e na segunda década do século XXI, a emergência de profundas crises econômicas, com fortes recessões, concomitantes às mudanças no controle do poder executivo federal[1].

Certamente uma das ideias mais reiteradas por Furtado em todas suas obras é a necessidade de lastrear o desenvolvimento econômico brasileiro no mercado interno. O fato de sermos uma nação com amplo território e vasta população ensejam oportunidades ao Brasil não disponíveis de forma profusa. A questão fiscal é relevante, mas é preciso lembrar que sem crescimento econômico qualquer tentativa de ajuste esbarra no impacto restrito da arrecadação em função da fraca atividade econômica, pois “com a economia em recessão, todas as prioridades perdem nitidez, reduz-se o espaço para a ação” (FURTADO, 2002, p. 23). Portanto, fomentar a atividade econômica, dado o seu efeito multiplicador, produz impactos positivos sobre a arrecadação tributária e, portanto, sobre o quadro fiscal.

No âmbito da macroeconomia, especialmente os aspectos fiscal, monetário e cambial, são elementos cruciais para o crescimento em bases sustentadas. Mas, faz-se necessário que o problema fiscal brasileiro seja enfrentado abordado no âmbito das demais políticas

1

Conquanto a ditadura militar já estivesse experimentando um processo de enfraquecimento desde meados dos anos 1970, parece-nos evidente que a profunda recessão de 1981-83, acompanhada de expressiva aceleração inflacionária e deterioração social tenha contribuído decisivamente para o fim do ciclo militar, o qual, em condições diversas, talvez tivesse perdurado até finais da década.

macroeconômicas, assim como seu papel para o desenvolvimento econômico e social. É imprescindível promover a discussão sobre o custo de financiamento da dívida pública, que no Brasil atinge quase 7% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano, o equivalente a R\$ 700 bilhões, previstos para 2023.

As empresas não tomam decisões apenas levando em conta o grau de confiança, mas a expectativa de desempenho futuro da economia. Da mesma forma a expressiva ociosidade dos fatores de produção, como a indústria, e o mercado de trabalho.

Ademais, nosso modelo tributário regressivo, incidindo fortemente sobre o consumo e produção – e não sobre a renda e a riqueza – além de contribuir para uma maior concentração de renda, sobrecarrega o chamado “custo Brasil”, prejudicando o crescimento da atividade e a realização de investimentos. Há que se buscar, no âmbito de uma profunda reforma tributária, além da progressividade, uma simplificação dos impostos, visando, além de maior justiça social, um sistema mais dinâmico, transparente e eficiente.

Torna-se fundamental ainda resgatar e aperfeiçoar a atuação dos bancos públicos, como impulsionadores do financiamento dos investimentos para a infraestrutura e outros setores. Tendo em vista a inexistência, ou insuficiência, de instrumentos de financiamento de longo prazo no mercado financeiro privado a taxas de juros minimamente compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos, a atuação dos bancos públicos revela-se crucial no atual quadro.

Uma das propostas que vez ou outra aparece como “balão de ensaio” por parte de economistas liberais diz respeito à necessidade de maior abertura da economia brasileira. Segundo esses, a despeito das reduções expressivas das alíquotas de importação e eliminação da maior parte das barreiras não alfandegárias desde o final da década de 1980, a economia brasileira ainda caracterizar-se-ia por ser uma das mais fechadas do mundo. Nesse sentido, uma nova rodada de reduções tarifárias seria um instrumento importante para conduzir nossa economia a níveis de produtividade mais elevados. Nos anos iniciais desse processo de abertura – início dos anos 1990 – Furtado já identificava a principal virtude e crítica a esse tipo de política, destacando que embora a abertura possa trazer benefícios de curtíssimo prazo, ...” essa abertura, ao reduzir o grau de governabilidade, repercute negativamente no nível de emprego” (FURTADO, 1992, p. 24).

Por conseguinte, voltando a um de seus temas preferidos, relacionado à necessidade de ampliar o grau de autonomia do centro de decisões nacionais, Furtado identifica como principal inconveniente da maior abertura da economia a redução operada na margem de manobra com que pode contar o Estado brasileiro na gestão econômica e social.

No mesmo trabalho citado, Furtado também destaca a importância de se aproveitar a sinergia e diversidade entre uma política nacional de desenvolvimento regional é algo ainda fortemente presente nas oportunidades que se apresentam para a transformação brasileira.

Os mais de vinte milhões de brasileiros subutilizados no mercado de trabalho, os trinta e três milhões de pessoas em situação de fome e outras mais de cem milhões em insegurança alimentar revelam a urgência da retomada do crescimento econômico fundado em um desenvolvimento, inclusivo socialmente e ambientalmente sustentável. O pensamento de nosso mais importante economista se mostra cada vez mais relevante, quase vinte anos depois da sua partida e suas ideias são incrivelmente atuais. Oxalá nos inspirem a todos na grande tarefa da retomada do desenvolvimento!

Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. Um projeto para o Brasil. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. Em busca de um novo modelo. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. Essencial Celso Furtado. Rosa Freire D'Aguiar (Org.). São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2013.

LACERDA, Antonio Corrêa de. & PIRES, Julio Manuel, O pensamento de Celso Furtado e a crise econômica atual. In:

LACERDA, A. C. (org.) Celso Furtado, 100 ano: pensamento e ação. São Paulo, Editora Contracorrente, 2020.

O Agro nas relações Brasil-China

Raimundo Pires Silva*
Tomás Braga E Braga**

A ida do governo Lula para a China retoma uma trajetória de diálogos diplomáticos e comerciais com o principal parceiro comercial do país, interrompendo a esquizofrenia com potencial disruptivo do governo anterior. Os chineses ocupam o segundo lugar no ranking das maiores economias do mundo (PIB), e neste contexto, há que se destacar a evidente mudança do centro econômico do Ocidente para a Ásia, com crescente relevância da China.

A relação bilateral sino-brasileira, longo dos anos, se tornou uma complementariedade por recursos, por capital e tecnologia com a formação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN), e uma governança política, econômica e financeira multilateral SUL-SUL, com a criação do BRICS, associado também com a África do Sul e a Rússia.

No período de 2003 a 2010, do “boom” global de commodities, no qual a China tinha um crescimento econômico de 10% ao ano, o comércio bilateral sino-brasileiro crescia, e em 2009 se tornou o principal parceiro comercial, posição que permanece até hoje. Segundo dados do Ministério da Economia, o comércio Brasil-China entre 2003 e 2022 passou de US\$ 6,5 bilhões para cerca de US\$ 120 bilhões. Em 2021, mais de US\$ 47 bilhões das importações brasileiras vieram da China, tendo bens de média e alta complexidade tecnológica correspondido

a 21,7% desse fluxo. No mesmo ano, a China foi destino de 31,3% das exportações brasileiras (US\$ 87,9 bilhões). Em relação aos investimentos chineses no Brasil, estima-se que 34,5 mil empregos locais tenham sido criados entre 2003 e 2020 com a entrada de projetos greenfield crescentemente em setores de tecnologia digital e verde (CARIELLO, 2021)[1].

A deterioração do ambiente político entre Brasil e China, nos últimos anos, não afetou as relações econômicas bilaterais. A queda de 75% dos investimentos chineses no país foi resultado de uma recessão global que afetou os investimentos externos de forma geral, em 2020. No Brasil, o cenário não foi diferente, com queda de 61,5% dos aportes estrangeiros de forma geral (UNCTAD, 2021) – tendência similar ao declive de 50% apontado pelo Banco Central (2021). Os investimentos não financeiros da China no mundo, segundo o MOFCOM (2021), tiveram redução marginal de 0,4% (Ibidem, 2021)

O fluxo bilateral sino-brasileiro propicia solvência na balança comercial nacional, no entanto, acentua uma troca desigual.

A China é hegemônica na balança comercial brasileira, mas o Brasil permanece em oitavo lugar entre fornecedores externos aos chineses entre 2017 e 2021 e caiu para o décimo em 2022. A fatia brasileira na importação

* Raimundo Pires Silva. Engenheiro agrônomo. Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

** Tomás Braga E Braga. Sociólogo e economista. Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

chinesa avançou nos cinco anos de 3,2% para 4%. Já no total da exportação chinesa, a fatia brasileira foi de apenas 1,7% em 2022, embora com avanço ante o 1,3% de 2017. Os números contrastam com o que a China representa ao Brasil. Em 2022 o país asiático absorveu 26,8% de tudo o que o Brasil embarcou e forneceu 22,3% do total das compras externas brasileiras[2].

Em 2022 a participação chinesa foi cerca de 32% nas vendas externas do agronegócio, um terço de todo valor gerado com os embarques dos produtos agropecuários. O país asiático é um grande comprador de produtos como soja em grão, carnes (bovina, suína e de frango), celulose, açúcar e pluma de algodão[3].

Isto posto, nos convida a refletir algumas questões agrárias sobre esse novo momento de relação Brasil-China.

No cenário macro, configurado de condicionantes econômicos mundiais, passando pela estrutura do sistema produtivo de commodities e seu vínculo com o mercado externo de forma primário exportador, onde o país que despencou da sétima economia mundial para décima, numa situação atual de estagflação convivendo com a acentuada desigualdade social e famigerada insegurança alimentar do povo, contrapondo o que Furtado (1974)[4] pontuou: fazem parte do processo de desenvolvimento as transformações voltadas à garantia da distribuição de renda e da homogeneização social.

E no cenário interno, a economia

política do agronegócio no território rural parece ajustada à fase atual de dependência na economia mundo, diferente daquela que combinou submissão externa com industrialização, entre as décadas de 1960 e 1980, quer dizer, uma subordinação da agricultura sobre o controle do progresso tecnológico alicerçado numa determinada divisão social do trabalho. Como enfatizou Furtado (1973)[5], uma dependência que teve como ponto de apoio principal o controle, por grupos integrados nas economias dominantes, daquelas atividades produtivas, instaladas nas economias dependentes.

Hoje, a dependência do subdesenvolvimento do rural, como ressaltou Furtado (2014)[6], se caracteriza pelo papel das transnacionais na dinâmica nacional e redução dos sistemas estatais de decisão. Prevalece a preferência pela especulação e posse da riqueza abstrata. Segundo Furtado (1983,)[2], o traço mais marcante do capitalismo na sua fase evolutiva está na autorregulação, o moinho satânico das engrenagens da acumulação capitalista em detrimento do bem-estar social e dos bens naturais (POLANYI, 2000)[3]. A industrialização e a urbanização intensivas e a diversificação do comércio exterior não são mais os eixos de demanda efetiva puxando o crescimento da produção agropecuária ora em curso, de maneira oposta, quem faz é a especialização primário-exportadora em meia dúzia de commodities.

Por sua vez, o agronegócio difunde

noção de modernidade na produção de alimentos, no uso da inovação e do progresso técnico, na sustentabilidade ambiental e na geração de divisas para o mercado internacional, disseminando na sociedade certo consenso mítico nacionalista de produtor progressista e de mercado autorregulado. No entanto, tal noção camufla questões relevantes para o desenvolvimento nacional: a condição primário-exportador acentuando o subdesenvolvimento do território rural; e a remota questão agrária (concentração da riqueza e da renda; intensa desigualdade social e crescente situação de não trabalho) associada ao esgotamento dos bens da natureza (solo, água, biodiversidade e clima).

Nas recentes negociações sino-brasileiras, nos termos da economia rural nacional, há caminhos para o Brasil aproveitar melhor oportunidades nos curto e longo prazos, engatadas em dois eixos do investimento chinês: o tradicional comércio de commodities agrícolas e o das vantagens comparativas contemporânea da sustentabilidade ambiental brasileira. A estratégia brasileira foi de manter o que tem e proporcionar a diversificação da relação comercial bilateral, de sustentabilidade e tecnologia e inovação de baixo carbono.

A complementariedade entre as duas economias foi reforçada com a auto suspensão da carne bovina (devido o caso atípico recente de vaca louca no Pará que ocasionou a suspensão das

exportações do produto pelo MAP) associada aprovação de plantas frigoríficas de proteína animal (carnes bovinas, suínas e de aves), bem como, com a ampliação de transações de algodão, sorgo e milho, e com a concertação de novos produtos como gergelim e noz-pecã. E ainda, houve entendimentos para a concretização de certificação digital para tramitação resiliente das transações comerciais sino-brasileiras e para a formatação de um bônus verdes ou sustentáveis soberanos, cujo foco serão investimentos sociais e ambientais, a ser lançado no primeiro trimestre de 2023.

Enfim houve investimentos privados em território chinês. A JBS se associou a WHG para distribuir seus produtos na China, e anunciou a compra de 280 caminhões elétricos da JAC Motors, pela No Carbon - braço de novos negócios da companhia. A Suzano Papel e Celulose inaugurou um centro de inovação em Xangai para desenvolver pesquisas sobre a transição para uma economia de baixo carbono.

A perspectiva do realinhamento de agendas ligadas ao meio ambiente, como o combate à mudança climática e a possibilidade de parcerias na área de alternativas energéticas tornaram-se acordos bilaterais, pois o propósito chinês de consolidação da civilização ecológica, apresentou-se para o Brasil como uma oportunidade de transferência de tecnologias. Firmou-se a cooperação de pesquisa entre a Embrapa e o órgão equivalente chinês em temas de

neutralização da emissão de carbono, com destaque para o programa ABC, o uso de biopesticidas, bioinsumos, hidrogênio verde e energias renováveis.

Nas relações sino-brasileiras, o atual governo projeta o Brasil na China com uma posição ativa, tendo um pragmatismo internacional com o fortalecimento de sua soberania econômica nos moldes difundido por Furtado (1999) [9], absorção de recursos externos deve ser disciplinada por uma política que tenha em conta seus efeitos positivos e negativos.

Por ser um país, como dizia Darcy Ribeiro, com potencial de crescimento econômico sustentável a porvir, ao se levar em conta a dimensão de seu território, sua população e a dotação de recursos agrícolas estratégicos à vida humana planetária, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de commodities com a expansão da sustentabilidade rural e com a retomada sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico.

O governo, no seu primórdio, mostra capacidade de construir relações comerciais ou de investimentos externos com quem quer que seja, mantendo seus objetivos, valores e soberania e visando sempre expandir e conquistar posições na economia mundo, preocupações presentes no pensamento de Roberto Simonsen e de Celso Furtado.

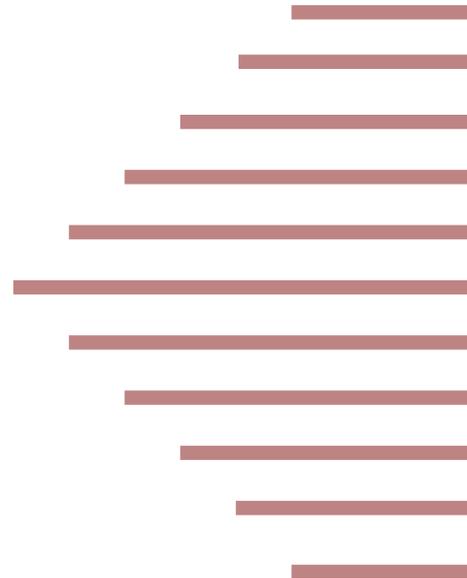
Porém, resta saber se excedente extraído de exportações e dos investimentos externos originários do

agronegócio será transposto, para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável proposto por esse governo de coalização de classes, de centros internos de decisão à la Furtado, ou seja, de viabilizar os ganhos externos ao crescimento econômico efetivamente voltado aos interesses nacionais e à sustentabilidade dos recursos naturais dos biomas brasileiros. Visto os obstáculos geopolíticos econômicos do setor com alta densidade de capital global, situações que adquirem e se transformam em instrumento de reforço da dependência.

Nas palavras de Furtado, a articulação multinacional, para se transformar em efetivo instrumento do desenvolvimento nacional, requer prévia recuperação do Estado como centro básico de decisões, pois há armadilhas na associação com o capital externo. Este pode vir a reforçar setores primários, como a produção de commodities, criando até um sistema de maquiladores de caráter sustentável baseado nas remotas vantagens comparativas da economia rural.

Referências Bibliográficas

- 1 CARIELLO, T. Investimentos chineses no Brasil histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). São Paulo: CEBC, 2021.
- 2 WATANABE, M; FAGUNDES, A. Brasil tem relevância limitada nas vendas à China. Disponível em valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/27/
- 3 CEPEA. Exportação do agronegócio de janeiro a dezembro de 2023. Disponível em [Cepea_Export_jan-dez_2022_02\(1\).pdf \(usp.br\)](#).
- 4 FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- 5 FURTADO, C. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- 6 FURTADO, C. Obra autobiográfica. Edição definitiva. Coordenação de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- 7 FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- 8 POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- 9 FURTADO, C. O longo amanhecer: reflexões sobre a forma do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.



Do discurso do empreendedorismo à subordinação algorítmica: o caso dos entregadores e motoristas de aplicativo*

Nara Okamoto**

O estudo tem como objetivo analisar as transformações nas relações trabalhistas no Brasil, com foco nos motoristas e entregadores de aplicativos que prestam serviços por meio de plataformas digitais. Pretende-se analisar as formas de organização coletiva adotadas por essa categoria de trabalhadores como forma de garantir proteção dos direitos dos trabalhadores diante das transformações nas relações de trabalho e na organização empresarial impulsionadas pela tecnologia.

Apesar das plataformas digitais considerarem os entregadores e motoristas autônomos, com liberdade para gerir seus horários de trabalho, a realidade demonstra que a programação por algoritmo é utilizada como forma de gerir, fiscalizar e coordenar o trabalho prestado pelos motoristas e entregadores de aplicativo. Logo, serão analisadas decisões judiciais acerca dos elementos caracterizadores da relação de emprego no caso dos entregadores e motoristas de aplicativo, principalmente a subordinação algorítmica.

*Projeto de pesquisa vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC.

**Nara Okamoto. Bacharela em Direito. Graduanda em Sociologia e Política. Bolsista PIBIC.